

Demonstrações Financeiras

Infra6 Participações S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Infra6 Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre a demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Infra6 Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Infra6 Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado do abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Infra6 Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$6.982 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$35.282 mil. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre o resultado do nosso procedimento, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Cláusulas restritivas sobre debêntures - “covenants”

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui o montante de R\$ 122.568 mil em debêntures sujeitos ao cumprimento de cláusulas restritivas anuais “covenants”, as quais baseadas principalmente, em índices de dívida Líquida/EBITDA e de dívida bruta. O descumprimento de qualquer um desses covenants contidos nas escrituras de emissão de debêntures pode resultar na declaração de vencimento antecipado de um ou mais escrituras de emissão, o que obrigaria a Companhia a pagar de imediato todos os respectivos valores em aberto, e sendo assim impactaria de forma significativa sua posição patrimonial, financeira e de liquidez, motivo pelo qual consideramos o cumprimento destas cláusulas restritivas como um principal assunto de auditoria.

A Companhia monitora constantemente o cumprimento dos covenants. As divulgações sobre as cláusulas restritivas estão incluídas na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros (i) o entendimento detalhado dos termos contratuais que determinam as cláusulas restritivas incluídos nos contratos de debêntures firmados junto aos agentes fiduciários; (ii) o teste matemático das premissas determinadas nos contratos para o cálculo dos covenants e a verificação do seu respectivo cumprimento em 31 de dezembro de 2021; (iii) procedimentos de confirmação dos saldos e correspondentes datas de vencimento junto aos agentes fiduciários; e (iv) a avaliação das divulgações sobre o tema nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o endividamento com debêntures e correspondentes cláusulas contratuais restritivas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras – Continuação.

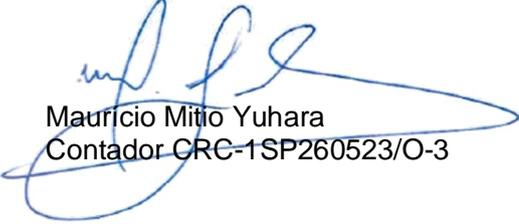
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de maio de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Maurício Mitto Yuhara
Contador CRC-1SP260523/O-3

Infra6 Participações S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1	2
Impostos a recuperar	-	43	46
		<u>44</u>	<u>48</u>
Não circulante			
Partes relacionadas	6	84.500	2.574
Investimentos	7	45.954	43.955
		<u>130.454</u>	<u>46.529</u>
Total do ativo		<u>130.498</u>	<u>46.577</u>
Passivo			
Circulante			
Debêntures	8	34.761	18.435
Impostos e contribuições a recolher	-	1	1
		<u>34.762</u>	<u>18.436</u>
Não circulante			
Debêntures	8	82.320	34.187
Partes relacionadas	6	37.179	10.735
		<u>119.499</u>	<u>44.922</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	9	2	2
Prejuízos acumulados	-	(23.765)	(16.783)
		<u>(23.763)</u>	<u>(16.781)</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>130.498</u>	<u>46.577</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Infra6 Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	10	(78)	(65)
Resultado de equivalência patrimonial	7	2.748	541
Outras receitas (despesas) operacionais	7	(749)	(8.392)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		1.921	(7.916)
Receitas financeiras	11	81	27
Despesas financeiras	11	(8.984)	(5.571)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(8.903)	(5.544)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(6.982)	(13.460)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Prejuízo do exercício		(6.982)	(13.460)
Resultado básico e diluído por ação		(3,4910)	(6,7300)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Infra6 Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício	(6.982)	(13.460)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultado abrangente	<u>(6.982)</u>	<u>(13.460)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Infra6 Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2	(3.323)	(3.321)
Prejuízo do exercício	-	(13.460)	(13.460)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2	(16.783)	(16.781)
Prejuízo do exercício	-	(6.982)	(6.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2	(23.765)	(23.763)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Infra6 Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício	(6.982)	(13.460)
Ajustes para conciliar o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:		
Juros incorridos sobre as debêntures	8.091	5.185
Amortização dos custos de captação	398	334
Resultado de equivalência patrimonial	(2.748)	(541)
Participações em investidas não controladas	749	8.392
	(492)	(90)
(Aumento) redução nos ativos		
Impostos a recuperar	3	(14)
	3	(14)
Aumento (redução) nos passivos		
Impostos e contribuições a recolher	-	(2)
Juros pagos sobre as debêntures	(7.761)	(5.538)
	(7.761)	(5.540)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(8.250)	(5.644)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Partes relacionadas	(55.482)	10.735
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(55.482)	10.735
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de debêntures	90.000	-
Custo de transação	(4.687)	-
Amortização de debêntures	(21.582)	(9.882)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	63.731	(9.882)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(1)	(4.791)
No início do exercício	2	4.793
No final do exercício	1	2
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(1)	(4.791)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

Infra6 Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de abril de 2019 com sede na Rua Bela Cintra, nº 1149, 8º andar sala F, São Paulo, SP.

A Companhia tem por objeto social a administração de bens próprios e a participação em outras Companhias como acionista e possui prazo de duração indeterminado.

A Companhia iniciou suas atividades em 31 de maio de 2019, sendo que nesta data aprovou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações onde os recursos foram destinados para a subscrição e integralização de capital social de Sociedade de Propósito Específico (“SPE”), do mesmo grupo econômico da Companhia, a fim de celebrar e executar o contrato de concessão decorrente do Leilão nº 01/2018, referente à 5º Rodada de Concessões Aeroportuárias realizada pela Agência Nacional de Aviação Civil especificamente em relação ao Bloco Centro Oeste cuja sessão pública de leilão foi realizada em 15 de março de 2019.

A Companhia, mesmo tendo seu passivo descoberto, continuará com suas operações, pois está havendo evolução no fluxo de passageiros nos terminais rodoviários, aeroportos e portos em sua investida Socicam infraestrutura e participações, a administração tem ciência que a perspectiva do crescimento sobre esse fluxo é continua tendo uma média de 15% a 25% em nossas operações.

Coronavírus (COVID-19)

Em 2021 com o surgimento do plano de vacinação contra o novo Corona vírus (COVID-19), do Ministério da Saúde e o Plano Estadual de Imunização, observamos que houve uma pequena melhora no desempenho operacional em comparativo com ao exercício de 2020, apesar de todas as dificuldades e as incertezas, a Administração da Companhia acredita que o segmento rodoviário e aeroportuário tende a retomar a normalidade no decorrer dos próximos anos.

Concomitante à operação, Administração da Companhia continuou monitorando os efeitos do novo Corona vírus (Covid-19) e continuará tomando todas as ações necessárias para a proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade de seus colaboradores e clientes, tendo como objetivo principal minimizar os impactos nas operações como estão sendo realizados desde o início da pandemia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 27 de maio de 2022.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor exceto determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações contábeis estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda da preparação das demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R\$) exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "avaliadas ao valor justo por meio do resultado". Títulos e valores mobiliários substancialmente incluem Certificados de Depósitos Bancários (CDB's) os quais são classificados a valor justo por meio de resultado.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis - -Continuação

2.4. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas ao resultado do exercício em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

2.5. Instrumentos financeiros

2.5.1. Reconhecimento inicial e mensuração

- Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

2.5.2. Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

- A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis --Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

2.5.2. Mensuração subsequente--Continuação

A reclassificação para empréstimos e contas a receber disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação;

- A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável;

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado;

- Empréstimos e financiamentos (inclui debêntures): após reconhecimento inicial empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis --Continuação

2.6. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido, exceto o valor recuperável, é constituída uma provisão para deterioração, ajustado o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.7. Debêntures

Os recursos financeiros obtidos através de debêntures são reconhecidos inicialmente, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e são mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido até a data da informação apresentada.

São classificados como passivo circulante a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após as datas dos balanços.

2.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo.

Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis --Continuação

2.9. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$240.

A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrem de diferenças temporárias representadas por despesas apropriadas ao resultado, entretanto, indedutíveis temporariamente.

2.10. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses caso contrário são demonstrados como não circulantes.

2.11. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e os custos incorridos sobre as debêntures e são registrados no período em que são incorridos.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis --Continuação

2.12. Resultado por ação (básico e diluído)

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando quando aplicáveis ajustes de desdobramento.

2.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis --Continuação

2.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021-- Continuação

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19 mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

2.14. Normas emitidas, mas não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis --Continuação

2.14. Normas emitidas, mas não vigentes--Continuação

IFRS 17 - Contratos de seguro--Continuação

e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual considerando também que não existem contratos de empréstimo existentes.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis --Continuação

2.14. Normas emitidas, mas não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.1.1. Julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer a adoção por parte da Administração de estimativas e julgamentos que afetam os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e receitas e despesas no período demonstrado.

3.1.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativa na data do balanço envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício são discutidas a seguir:

a) *Demandas judiciais e riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia está sujeita no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras.

As provisões constituídas para fazer face às potenciais perdas decorrentes de processos em curso são revisadas e ajustadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

b) *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação incluindo o método de fluxo de caixa descontado.

Os dados para estes métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de riscos

A abordagem da gestão de risco da Companhia classifica os riscos inerentes ao negócio nas seguintes categorias:

i) Risco financeiro

São os riscos decorrentes de inadequada gestão de caixa, das aplicações de recursos em operações novas, desconhecidas, complexas e/ou de alto risco.

ii) Risco de compliance

Essa abordagem refere-se às sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado de qualquer descumprimento legal.

Para evitá-lo a Companhia monitora permanentemente o estrito respeito às leis, normas e regulamentos, bem como a observância de políticas e procedimentos, a implementação e a funcionalidade dos planos de contingência e a segregação de funções evitando o conflito de interesses e facilitando a avaliação dos riscos e dos controles internos da Companhia.

iii) Risco operacional

Ocorre quando há falta de consistência ou de adequação nos sistemas de informação, no processamento e controle de operações, no gerenciamento de recursos e nos controles internos ou ainda no caso de eventuais fraudes que prejudiquem o exercício da atividade da Companhia.

O trabalho desenvolvido pelas equipes internas que atuam juntamente com os gestores do negócio para a busca de conformidade dos controles internos realiza-se por meio do monitoramento dos processos sendo fator mitigante da ocorrência de risco operacional pela adequação dos controles à atividade.

iii) Risco estratégico

Está relacionado aos eventos originados tanto interno quanto externamente que gerem instabilidade às partes interessadas ou comprometam de alguma forma a reputação e a sustentabilidade da Companhia.

São os riscos decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia em dar resposta as mudanças que possam interromper o alcance de objetivos estratégicos estabelecidos.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de riscos--Continuação

iii) Risco estratégico--Continuação

A Companhia monitora continuamente esses eventos de risco buscando se antecipar às ocorrências indesejáveis e se preparar para os riscos estratégicos dos quais a Companhia está exposta.

4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo taxa de juros dos financiamentos, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço de determinados ativos avaliados ao valor justo), risco de crédito e risco de liquidez.

O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto.

A Companhia não tem como prática fazer uso de instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco.

i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não possui ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são substancialmente independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos. Os empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem as Companhias do grupo e ao risco de taxa de juros e de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos com taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de riscos--Continuação

4.1. Riscos financeiros--Continuação

ii) Risco de créditos

Risco de crédito decorrente de concessão de crédito a clientes e adiantamentos a fornecedores, a política da Companhia do grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposto a se sujeitar no curso de seus negócios.

A provisão para deterioração do saldo de contas a receber é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis quando da execução das contas a receber de clientes baseada em informações históricas e é incluída nas despesas de vendas.

iii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Banco conta movimento	-	2
Aplicações financeiras (a)	<u>1</u>	<u>-</u>
	<u><u>1</u></u>	<u><u>2</u></u>

- a) São representadas principalmente por aplicações no fundo de investimento Itaú Corp Plus RF Referenciado DI, com baixo risco e alta liquidez apresentando remuneração média de 97,47% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. Partes relacionadas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
FMFS – Participações e Empr. Ltda.	<u>2.574</u>	2.574
Socicam Administração e Projetos Ltda	<u>81.926</u>	-
Ativo não circulante	<u><u>84.500</u></u>	<u>2.574</u>
Socicam Infraestrutura e Participações S.A.	<u>37.173</u>	10.735
Socicam Administração e Projetos Ltda	<u>6</u>	-
Passivo não circulante	<u><u>37.179</u></u>	<u>10.735</u>

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes relacionadas--Continuação

Os saldos das contas mantidos com sociedades controladas e controladas em conjunto representam operações de crédito em conta corrente e não possuem vencimento predefinido.

Os saldos a receber pela entidade controladora correspondem a recursos transferidos para as sociedades controladas e controladas em conjunto, com o objetivo de suportar a operação das concessões naquelas entidades. Os saldos no passivo correspondem ao recebimento de recursos das sociedades controladas e controladas em conjunto, originários basicamente operações de investimento.

7. Investimentos

	% - Participação		Patrimônio Líquido		Lucro líquido do exercício		Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Socicam Adm. Proj e Repres Ltda.	0,01	0,01	-	-	-	-	-	-	-	-
Socicam Infraestrutura e Participações S.A.	62,50	62,50	73.526	70.329	4.398	866	45.954	43.955	2.748	541
Total							45.954	43.955	2.748	541

A movimentação dos investimentos é como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	43.955	-
(+) Aumento de capital	-	51.806
(+) Resultado de equivalência patrimonial	2.748	541
(-) Ganho (perda) com transações com acionistas	(749)	(8.392)
	45.954	43.955

Em 28 de dezembro de 2020, conforme definido em ata de rerratificação, a Companhia integralizou o aumento de capital referente à 2019 através de ações preferenciais (sem direito a voto) na investida Socicam Infraestrutura e Participações S.A. ("SIP") e se tornou a principal acionista detendo 62,50% do capital da sociedade investida. Entretanto, mesmo sendo a principal acionista, não possui influência significativa e, conseqüentemente, não realiza a consolidação da investida.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures

	2021	2020
Debêntures	122.568	53.760
(-) custo de transação	(5.487)	(1.138)
	117.081	52.622
Circulante	34.761	18.435
Não circulante	82.320	34.187
	117.081	52.622

8.1 Características da emissão

Em 25 de junho de 2019 a Companhia fez a emissão de *debêntures* simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia real e garantia fidejussória adicional para distribuição pública.

O valor total da emissão foi de R\$70.000, na data de emissão sendo 70.000 *debêntures* no valor nominal unitário de R\$1.

As *debêntures* terão prazo de vigência de 48 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 25 de junho de 2023 com amortização mensal.

As *debêntures* farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescido de uma sobretaxa equivalente a 7,00% ao ano, conforme aprovação em AGE realizada em 18 de janeiro de 2021.

Em 23 de julho de 2021 a Companhia fez a 2ª emissão de *debêntures* simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia real e garantia fidejussória adicional para distribuição pública.

O valor total da emissão foi de R\$90.000, na data de emissão sendo 90.000 *debêntures* no valor nominal unitário de R\$1.

As *debêntures* terão prazo de vigência de 102 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 26 de janeiro de 2030 com amortização mensal.

As *debêntures* farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescido de uma sobretaxa equivalente a 10,00% ao ano, conforme aprovação em AGE realizada em 22 de julho de 2021.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures--Continuação

8.2 Cronograma dos vencimentos

A tabela a seguir apresenta o cronograma de vencimentos das debêntures existentes em 31 de dezembro de 2021:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
2021	-	18.833
2022	23.907	22.230
2023	20.799	12.697
2024	9.879	-
2025	10.867	-
2026	11.954	-
2027	13.150	-
2028	14.465	-
2029	15.912	-
2030	1.635	-
	<u>122.568</u>	<u>53.760</u>

A Companhia realizou em 23 de abril de 2020 uma assembleia com os credores das debentures para mitigação de parte dos impactos da Covid-19 e consequente preservação do seu caixa, na qual foi aprovada a alteração do cronograma de pagamentos de Amortização e Remuneração e autorização para o não cumprimento do Fluxo Mensal Mínimo conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária.

8.3 Garantias

As *debêntures* possuem as seguintes garantias reais:

- (a) Fiança da Socicam Administração de Projetos e Representações Ltda.;
- (b) Fiança da FMFS Participações e Empreendimentos Ltda.;
- (c) Fiança do acionista Sr. José Mario de Freitas;
- (d) Cessão fiduciária de conta corrente vinculada com fluxo de recebíveis mensal equivalente a no mínimo R\$ 3.400;
- (e) Cessão fiduciária dos direitos creditórios presentes e futuros decorrentes dos contratos de concessão dos terminais aeroportuários de:
 - (i) Santana do Paraíso - Ipatinga/MG;
 - (ii) Caldas Novas-GO;
 - (iii) Comandatuba-BA;

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures--Continuação

8.3 Garantias--Continuação

- (iv) Vitória da Conquista-BA;
- (v) São João del Rei-MG;
- (vi) Zona da Mata-MG;
- (vii) Ilhéus-BA;
- (viii) Jericoacoara/Aracati-CE.

Serão depositados os direitos creditórios acima referidos nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Primeira Emissão de *Debêntures* Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição” e tem como Agente Fiduciário a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Serão depositados os direitos creditórios acima referidos nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Primeira Emissão de *Debêntures* Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição” e tem como Agente Fiduciário a Planner Corretora de Valores S.A.

8.4 Cláusulas restritivas (covenants)

As *debêntures* emitidas possuem cláusulas específicas para vencimentos antecipados sendo que as principais cláusulas restritivas que podem acarretar o vencimento antecipado da dívida são:

- (i) Inadimplemento pela Companhia (ainda que na condição de garantidora) de qualquer dívida ou obrigação em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$3.000;
- (ii) Não observância pela FMFS - Participações e Empreendimentos Ltda. (Empresa do mesmo grupo econômico da Companhia) os seguintes índices financeiros, calculados ao término de cada exercício social:

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures--Continuação

8.4 Cláusulas restritivas (covenants)--Continuação

(a) Razão entre "Dívida Líquida/EBITDA" sendo menor ou igual a:

- (i) 3,50 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
- (ii) 3,10 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
- (iii) 3,10 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
- (iv) 2,80 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(b) Dívida bruta menor ou igual:

- (i) R\$260.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
- (ii) R\$350.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
- (iii) R\$235.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
- (iv) R\$200.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A falta de cumprimento dos itens citados poderá ocasionar o acionamento dos agentes financeiros que poderá resultar em vencimento antecipado do contrato.

A Diretoria monitora constantemente os termos contratados, a fim de garantir que os compromissos assumidos estão sendo cumpridos pela Companhia.

8.5 Movimentação das debêntures no período

A movimentação das *debêntures* no período é como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	53.760	63.995
Liberação	90.000	-
Juros incorridos	8.091	5.185
Amortização do principal	(21.582)	(9.882)
Amortização de juros	(7.761)	(5.538)
Outros	60	-
Saldo final	<u>122.568</u>	<u>53.760</u>

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures--Continuação

8.6 Movimentação dos custos de transação no período

A movimentação dos custos de transação no período é como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	1.138	1.472
Adições	4.747	-
Amortização	(398)	(334)
Saldo final	<u>5.487</u>	<u>1.138</u>

9. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social subscrito e integralizado é de R\$2 e está representado por 2.000 ações ordinárias no valor de R\$1 (valor expresso em reais) cada.

10. Despesas gerais e administrativas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Serviços prestados	(42)	(62)
Despesas com viagens	-	(1)
Outros tributos, taxas e contribuições	(36)	(2)
	<u>(78)</u>	<u>(65)</u>

11. Resultado financeiro

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Receita com aplicação financeira	81	27
	<u>81</u>	<u>27</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Despesas bancárias	(4)	(5)
Juros sobre debêntures	(8.091)	(5.185)
Custo na emissão das debêntures	(398)	(334)
Outras despesas financeiras	(491)	(47)
	<u>(8.984)</u>	<u>(5.571)</u>
	<u>(8.903)</u>	<u>(5.544)</u>